ATA Nº 617/2017

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na sala de sessões da Câmara Municipal de Pareci Novo, reuniu-se esta em sessão ordinária, presidida pelo Vereador Edson Henrique Müller e secretariada pela Vereadora Adriane Colling Kinzel, presentes mais os Vereadores: Delcio Idesio Kich, Elton Rodrigues Leal, Inacio Francisco Mendel, José Joceli da Silva, Maria Lourdes Francisco, Paulinho Reisdorfer e Waldir Gonçalves Braga.

Abertos os trabalhos às dezenove horas e cinco minutos foi procedida a leitura da ata anterior a qual foi aprovada sem restrições.

A seguir foi lido o expediente ao qual foi dado o seu devido destino.

ORADORES

Ao fazer uso da palavra, a Vereadora Adriane parabenizou o senhor Ivan por ter trazido esta demanda dos citricultores e colocou-se à disposição para ajudar. Considerou importante a questão do plano diretor e que neste sentido se deveria estreitar a relação com a administração municipal porque só o Município ganhava, mesmo havendo opiniões que divergem, o que fazia parte da política pública, era preciso ter os prós e contras para tomar a decisão mais acertada. Expôs que as indicações e os pedidos de providências e de informação que apresentava eram para atender a comunidade e não gostaria que fossem vistos como se ela estivesse colocando em questão a administração atual. Lembrou que sempre pautou sua atuação como secretária de educação pela técnica e para atender a todos. Na questão da educação infantil, quanto à construção do prédio, disse que foi colocado nas melhores intenções para atender as demandas, as quais se conseguiu zerar a certa altura de 2015. Destacou que era preciso assegurar este direito, que não era fácil, pois requeria muitos recursos e que carregava esta bandeira: das crianças, das famílias e das mães que trabalham e precisam de vagas na creche. Parabenizou a administração municipal pela educação integral que vem iniciando e lembrou que em 2015 fizeram um projeto piloto, instituindo a educação integral em todas as escolas. Comentou que foi muito bom porque foi oferecido às crianças um poder nutricional maior e uma qualidade de vida melhor. Colocou a questão de poder ampliar para as outras escolas, e se sabia que era aos poucos. Em relação à associação dos estudantes, observou que nos últimos anos houve um aumento gradativo dos estudantes do ensino superior, e se

necessitava que a juventude estudasse. Frisou que muitos lutavam com dificuldades para continuar estudando, que o repasse era importante e que a administração visse com carinho. Citou que nos últimos anos houve um acréscimo nos investimentos da educação chegando a 30% (trinta por cento) porque se priorizou a questão das crianças. Disse que o que lhe causava estranheza era que ao se comprar algo de última geração para oferecer às crianças, no caso dos tablets, se questionasse a aquisição, uma vez que todas as ações foram feitas tendo sempre em vista o bem comum das crianças, de lhes oferecer o que não tinham em casa e que, com certeza, deveriam estar usando estes tablets. Também, argumentou que foram feitos vários investimentos nos laboratórios de informática, que antes não eram feitos, quando só colocavam computadores velhos, de doação, pois era preciso a aquisição de computadores novos. Sustentou que sempre tentou atender a todos e apelou para que se tentasse estreitar estes laços, crescer juntos e parar de perguntar coisa que não precisava perguntar.

A Vereadora Lourdes se manifestou dizendo que estendia a sua cordialidade com a preocupação do senhor Ivan e que estava junto para trabalharem unidos pelos agricultores. Comentou que as pessoas compram as frutas pelo olhar e ao menor sinal de uma mancha não compram, e isto estava levando os agricultores a trabalharem com mais tipos de venenos. Assinalou que as frutas estavam cada vez mais bonitas, mas as pessoas estavam com câncer e os agricultores estavam doentes. Manifestou sua preocupação com esta realidade. Declarou que estava junto nesta batalha pelo meio ambiente, a qual era uma grande preocupação do Município, que era preciso agir rápido para prolongar a esperança dos agricultores na roça porque daqui a pouco acabarão desistindo, devido a tantas exigências técnicas. Propôs que sejam reforçados os grupos que existem no Município e que se deveria reunir e discutir o que poderia ser feito para atender os agricultores.

Ao se pronunciar, o Vereador Elton parabenizou o senhor Ivan por sua manifestação. Disse ser uma grande preocupação e que era a favor de apoiar os produtores. Em nome dos Vereadores, prestou os pêsames à família do ex-vereador Claudino Brand, pela perda da esposa.

O Vereador Edson se solidarizou, na pessoa do senhor Ivan, com todos os citricultores do Município e sugeriu uma ida ao sindicato para se propor uma reunião, a fim de montar uma estrutura para desenvolver as ações. Disse que num segundo momento via uma audiência pública onde se reuniriam os citricultores, o Poder Executivo, a área técnica do Município para discutir, organizar e planejar.

Explicou que o plano diretor não poderia ser criado em um ou dois meses porque além desse problema, existiam muitos outros e por ser um Município pequeno ainda era mais fácil organizar. Afirmou que estava na hora de amadurecer esta ideia, mas com diálogo, estruturação e organização. Louvava o senhor Ivan pela iniciativa e que, após o início, não se fique por aqui e que de fato aconteça e não pare. Reforçou o convite para a mobilização contra a reforma da previdência, no dia seguinte, às oito horas, na praça em São Sebastião do Caí. Recordou que a Câmara já encaminhou moção de repúdio neste sentido a todos os Deputados Federais da bancada gaúcha. Explicou que apresentou o pedido de vistas referente ao projeto de lei nº 023, que trava do incentivo ao produtor rural José Inácio Forneck, a fim de que o projeto ficasse na Casa por mais algum tempo. Isto porque já havia estourado o prazo para o projeto ficar na Casa e esclareceu que se o pedido de vistas não for aprovado, o projeto deveria ser votado nesta sessão. Disse estar apresentando o pedido de vistas, aguardando um posicionamento do Executivo, apesar do que foi dito pela Secretária de Administração e de já ter sido lida a resposta referente ao ofício emitido pela Câmara ao Executivo, solicitando a retirada do projeto para melhor adequação do mesmo, o que não ocorreu. Lembrou que foi encaminhada indicação sugerindo que seja alterada a Lei 1.119, para que tenha critérios, para que coloque um edital e, assim, qualquer produtor que queira fazer um investimento de grande expressão no Município, possa pegar este edital, se inscrever nele e passar por um processo de seleção, para ter ou não a chance de participar do processo, o que não acontecia hoje.Apontou que, atualmente, se falava diretamente com o Prefeito que via se podia ou não dar o incentivo e esta era a maneira de trabalhar que se queria mudar e, por isso, se estava aguardando e foi feito o pedido de vistas.

ORDEM DO DIA

1.Requerimento subscrito pelo Vereador Edson Henrique Müller, solicitando vista do Projeto de Lei nº E.023/2017, oriundo do Poder Executivo, que autoriza a concessão de incentivo financeiro para o produtor rural José Inácio Forneck, nos termos da Lei Municipal nº 1.119, de 21 de março de 2005.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

2.Pedido de Informação nº 009/2017 da Vereadora Maria Lourdes Francisco.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

3.Pedido de Informação nº 010/2017 do Vereador Waldir Gonçalves Braga.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

4.Pedido de Informação nº 011/2017 do Vereador Waldir Gonçalves Braga.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

5.Pedido de Informação nº 012/2017 do Vereador Paulinho Reisdorfer.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

6.Pedido de Informação nº 013/2017 da Vereadora Adriane Colling Kinzel.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

7.Pedido de Informação nº 014/2017 da Vereadora Adriane Colling Kinzel.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

8.Pedido de Informação nº 015/2017 da Vereadora Adriane Colling Kinzel.

Levado a votação foi aprovado por oito votos.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

Ao fazer uso da palavra, a Vereadora Lourdes indagou se, em relação à alteração no modo de votar, sentado ou levantado, havia alguma atitude.

Num aparte, o Vereador Edson explicou que já foi realizada uma análise e que já poderia ter sido providenciado, mas se estava dando mais um tempo porque durante vários momentos desde o início do ano, outras questões estavam acontecendo

ao longo das sessões. Informou que para não fazer uma alteração no Regimento Interno e uma vez aprovada constatar que faltou outra alteração, se estava aguardando. Disse que praticamente todas as dúvidas que se tinha em relação a como a Casa deveria funcionar estavam sanadas e se pretendia fazer numa vez só todas as alterações.

A Vereadora Lourdes falou que era uma preocupação sua e que já foi questionada se já estava em pauta o assunto e que agora poderia responder a esta pessoa cadeirante.

O Vereador Paulinho, ao se pronunciar, disse que acreditava que, por cima, o Prefeito Oregino, tenha obtido em recursos federais em torno de cem milhões de reais e que se estava mentindo, provavelmente, chegava a este valor. Criticou o porquê do Prefeito ser perseguido por usar o carro da prefeitura nos finais de semana, porque se sabia que ele funcionava vinte horas e dormia quatro. Assinalou que não se deveria ater às coisas pequenas, pois ele precisava visitar as pessoas. Disse ficar indignado porque se fazia uma fala mansa e parecia que seu pedido era desnecessário. Comentou que foram recebidas denúncias de funcionários fora de seus locais de trabalho e que seriam tomadas as medidas cabíveis. Destacou que tinha direito sim de falar de inclusão digital porque nem ele, como professor, e nem os alunos foram consultados sobre a compra dos tablets e que não houve democracia nenhuma. Reconheceu que houve avanços profundos na questão do espaço físico das escolas, o qual que era magnífico, e a qualidade da educação, muitas vezes, era superior em relação a outros municípios. Na questão da inclusão digital, dos tablets, afirmou que não foi um acerto, que não era ofensivo, que era verídico. Ainda, colocou várias questões: os professores não foram perguntados; fez se um curso e não se sabia se os professores de fato tinham habilidade para esta forma de inclusão; o sistema inserido não era para o contexto do ensino fundamental, pelo menos na área da geografia, era para o ensino médio, era muito abstrato; o tablet levava muito tempo para abrir, de três a cinco minutos, e os alunos ignoravam. Reiterou que foi um erro, entre tantos acertos, e que se deveria reconhecer os erros. Declarou que tinha direito de falar sobre a inclusão digital e que na questão da inclusão faltou psicopedagoga. Elogiou o senhor Ivan pela forma extraordinária com vinha conduzindo a sua preocupação com a questão da agricultura. Observou que desenvolvimento e meio ambiente eram difíceis de conciliar e que estavam preocupados sim com a questão do plano diretor, se estava trabalhando sério e para isso convidou todos os Vereadores. Assinalou que queria complementar um fragmento que deixou para trás em relação à lei do “Perninha”. Relatou que a lei era de 2005 e que outras leis foram aprovadas

concedendo vários incentivos. Lembrou que ao ser indagado o Vereador Waldir não se lembrou no momento e, por isso,citava as leis relativas aos incentivos aprovados: leis 1.131, 1.224, 1.226, 1.503, 1.538, 1.581, 1.614, 1.615 e 1.816. Ressaltou que a lei vigorou durante o governo em que o Vereador Edson foi Secretário de Agricultura e não alterou a lei. Comentou que estava sendo difícil convencer o Prefeito a alterar a lei, se ela serviu nesta fase, e que não estava dizendo que se aprovou recursos durante o governo em que o Vereador Edson participou. À Secretária de Administração pediu desculpas pelas vezes que analisou de forma equivocada os projetos de lei, os quais saíam da prefeitura sob a análise de quem os faz, da Secretária de Administração e do jurídico. Ao finalizar, disse que os tablets não eram cabíveis às necessidades dos alunos, que era preciso uma internet mais qualificada e que não era uma crítica, mas era um chamado para melhorar a inclusão digital e a inclusão em si.

O Vereador Edson, fez uso da palavra para destacar que já havia sido dito pelos colegas Vereadores que as divergências e atritos surgiam e que, às vezes, pareciam de cunho particular e, às vezes, não. Assinalou que, referente ao que o Vereador Paulinho colocou sobre a planilha do veículo Ecosport, estava gravado que ele disse que não era nada particular e que, inclusive, ele não tinha visto e não via com freqüência o veículo com o Prefeito. Relatou que eram pessoas do trecho que vai da casa do Prefeito até Pareci, mas a área da Várzea e do Despique, que viam passar, diariamente, de manhã cedo e à noite, as quais pediram para buscar informações e foi o que ele fez, por ser Vereador e que precisa dar resposta aos seus eleitores. Disse que estava tentando sair fora disso porque era um assunto em que não se ganhava nada com isso e relatou um fato que ocorreu na manhã da sexta-feira santa, quando estava na agência do Banrisul, onde efetuou um saque e tirou um extrato, o qual guardou, e quando saía da agência, viu que estava estacionado o carro Ecosport em frente à Brigada Militar e sua moto estava do outro lado da rua. Descreveu que quando estava colocando o capacete viu o Prefeito encostado no muro da Brigada e foi embora. Contou que para surpresa sua, às cinco horas da tarde viu uma postagem numa rede social com vários comentários metralhando sobre o suposto motoqueiro fotógrafo que se escondeu na agência do Banrisul para fotografar o Prefeito que estava molhando as florzinhas no ginásio de esportes e dizendo que estava sendo perseguido e tudo mais. Ainda, disse que tinha relatos de moradores de Despique que o procuraram e que tiveram suas filhas demitidas do Posto de Saúde porque um vereador motoqueiro fotógrafo estava filmando elas no serviço e, por ser uma contratação irregular, o Prefeito, isentamente, teve que demitir. Perguntou o que era perseguição e declarou que se estava fazendo um trabalho tranqüilo. Argumentou que perguntava coisas ao Executivo que não eram para ofender, mas de fato o carro estava

circulando e não via problema algum nisso, se o Prefeito estava trabalhando. Enfatizou que não iria perder tempo fotografando o Prefeito, tinha mais o que fazer, era Vereador e que não era este tipo de coisa que queria saber. Assinalou que queria saber e fez um pedido de informação neste sentido, era porque o programa de incentivo à citricultura, aprovado em 2015, e que não pode ser posto em prática em 2016 porque era um ano de eleição, não estava em funcionamento, já que surgiu a partir de um projeto montado pelos próprios produtores. Ressaltou que isto era participação popular, era o que estava pedindo para o projeto nº 23 e era essa sua maneira de pensar e que não iria mudar. Sustentou que vai manter a cabeça erguida e continuar trabalhando da mesma maneira como sempre trabalhou. Disse que se quiserem continuar publicando baixaria, que o façam, mas que não iria atingi-lo. Defendeu que se deveriam trabalhar juntos e que se divergiria em algumas coisas, mas isto fazia parte porque pensavam diferente. Ao encerrar, esclareceu que o pedido de informação não foi uma mesquinharia e que o mesmo foi respondido muito bem e estava resolvido o problema.

Antes de encerrar a sessão, o senhor Presidente lembrou a todos da CGP na quinta-feira, dia 04 de maio de 2017, às dezenove horas e da próxima sessão ordinária na quinta-feira, dia onze de maio de 2017, às dezenove horas.

A sessão foi levantada às vinte horas e trinta e cinco minutos, lavrando-se para constar a presente ata.

Sala de sessões, 27 de abril de 2017.

Verª Adriane Colling Kinzel
1ª Secretária

Ver. Edson Henrique Müller
Presidente